Dispõe sobre a estrutura orgânica da Procuradoria-Geral de Justiça e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os modernos parâmetros de racionalização e otimização que mobilizam os serviços administrativos e institucionais, bem como os recursos disponíveis para a gestão mais eficaz da administração da Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO que a referida mobilização pressupõe planejamento e ações com o propósito de melhor formação da estrutura orgânica da Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO ser fundamental o delineamento das atribuições dos órgãos internos para o fim de acelerar o respectivo processo decisório;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a estrutura administrativa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro às necessidades contemporâneas da sociedade fluminense,

RESOLVE

Art. 1º – A Procuradoria-Geral de Justiça é integrada pelos seguintes órgãos estruturais:

- I – Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
- II – Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração;
- III – Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento Institucional;
- IV – Subprocuradoria-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial;
- V – Subprocuradoria-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor.

§ 1º – Em suas faltas, licenças, férias e afastamentos, a qualquer título, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça que designar e, nos casos de suspeição e impedimento, pelo Procurador de Justiça mais antigo na classe.

§ 2º – Caberão aos Subprocuradores-Gerais as atribuições descritas nesta Resolução, além de outras que lhes forem delegadas por ato específico do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º – Ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça incumbe oferecer suporte administrativo, técnico e institucional imediato às atividades desenvolvidas pela Chefia do Ministério Público, sendo composto pelos seguintes órgãos:

- I – Chefia de Gabinete;
- II – Assessoria Especial;
- III – Consultoria Jurídica;
- IV – Assessoria Criminal;
- V – Assessoria de Direito Público;
- VI – Assessoria Internacional;
- VII – Assessoria Adjunta;
- VIII – Assessoria de Assuntos Parlamentares;
- IX – Assessoria de Comunicação Social;
- X – Assessoria de Cerimonial;
- XI – Coordenadorias de Movimentação;
- XII – Coordenadoria de Segurança e Inteligência;
- XIII – Coordenadoria de Tecnologia em Investigação e Análise no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro;
- XIV – Coordenadoria de Combate à Sonegação Fiscal.

§ 1º – Vinculam-se ao Procurador-Geral de Justiça os Centros de Apoio Operacional.

§ 2º – À Chefia de Gabinete incumbe:

- I – assessorar o Procurador-Geral de Justiça no preparo de atos, despachos, expedientes e correspondências, encarregando-se da respectiva expedição e divulgação;
- II – supervisionar a Gerência de Suporte ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça e às Subprocuradorias;
- III – organizar a agenda do Procurador-Geral de Justiça;
- IV – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º – À Assessoria Especial incumbe:

- I – assessorar o Procurador-Geral de Justiça em expedientes administrativos e processos judiciais afetos à decisão da Chefia do Ministério Público;
- II – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 4º – À Assessoria Adjunta incumbe:

- I – assistir o Procurador-Geral de Justiça em suas representações funcionais e sociais;
- II – assessorar o Procurador-Geral nas tarefas e expedientes que lhe forem distribuídos;
- III – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 5º – À Assessoria Criminal incumbe:

I – emitir parecer:

- a) sobre a admissibilidade de recursos extraordinários e especiais, em matéria criminal;
- b) em recursos ordinários constitucionais interpostos contra acórdãos denegatórios de *habeas corpus* e de mandados de segurança, em matéria criminal;

II – opinar nos pedidos de desarquivamento de inquéritos policiais ou peças de informação;

III – opinar nos casos do art. 28 do Código de Processo Penal, inclusive quando envolver aplicação extensiva ou analógica;

IV – elaborar estudos, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, envolvendo matéria relevante nas áreas penal e processual penal, visando à melhor capacitação da atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça;

V – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas.

§ 6º – À Assessoria de Direito Público incumbe:

I – emitir parecer nos processos oriundos do Conselho da Magistratura, ressalvadas as atribuições da Assessoria de Proteção Integral à Infância e à Juventude;

II – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

III – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 7º – À Assessoria Internacional incumbe:

I – coordenar os contatos internacionais do Ministério Público e assessorar os órgãos interessados em eventos e convênios internacionais;

II – informar e orientar os membros do Ministério Público sobre as oportunidades de intercâmbio no exterior;

III – assessorar o Procurador-Geral de Justiça na elaboração de Acordos de Cooperação bilaterais com instituições nacionais e estrangeiras;

IV – incentivar os membros do Ministério Público a participarem de atividades internacionais;

V – manter um banco de dados atualizado com informações sobre os tratados e convenções internacionais vigentes no Brasil;

VI – prestar auxílio aos membros do Ministério Público participantes de programas de intercâmbio internacional, no que for pertinente.

§ 8º – À Assessoria de Assuntos Parlamentares incumbe:

I – acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do Ministério Público, junto ao Poder Legislativo Federal, Estadual ou Municipal;

II – encaminhar à Chefia do Ministério Público informações relativas à tramitação das proposições referidas no inciso anterior;

III – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

IV – coordenar grupos de trabalho destinados a formular dados técnicos em projetos legislativos de interesse institucional do Ministério Público;

V – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 9º – À Assessoria de Comunicação Social incumbe:

I – manter permanente intercâmbio de informação com órgãos de comunicação social ou atividades afins;

II – desenvolver as atividades de comunicação institucional, inclusive de relações públicas, divulgando, por meio de porta-voz do Procurador-Geral, as medidas executadas e os resultados obtidos pela ação do Ministério Público e da Procuradoria-Geral de Justiça;

III – manter atualizado noticiário da imprensa sobre matérias de interesse institucional, para conhecimento da Chefia do Ministério Público e demais órgãos da Administração Superior;

IV – promover o relacionamento da Chefia do Ministério Público com os órgãos da mídia em geral;

V – redigir notas oficiais, sob a orientação da Chefia de Gabinete, providenciando sua divulgação;

VI – auxiliar os membros do Ministério Público em seus contatos com a imprensa, desde que autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça;

VII – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

VIII – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 10 – À Assessoria de Cerimonial incumbe:

I – exercer as atividades de cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça;

II – organizar e supervisionar as solenidades institucionais, expedindo convites e comunicados a elas relativos;

III – encaminhar à Chefia de Gabinete, para ciência e agendamento, os convites e compromissos do Procurador-Geral de Justiça, no que concerne a solenidades e eventos;

IV – manter cadastro atualizado de autoridades das três esferas de Poder;

V – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

VI – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 11 – Às Coordenadorias de Movimentação incumbe formular a minuta do quadro da movimentação, inclusive eleitoral, bem como da escala anual de férias e de licença especial dos membros do Ministério Público, encaminhando-a ao Procurador-Geral de Justiça, para decisão.

§ 12 – À Coordenadoria de Segurança e Inteligência, organizada na forma de resolução do Procurador-Geral de Justiça, incumbe:

I – coligir e analisar dados e informações, visando à produção e difusão dos conhecimentos necessários à atuação dos órgãos do Ministério Público, no que tange à segurança e inteligência;

II – prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda de dados, informações e conhecimentos de interesse operacional e de segurança da Instituição e de seus membros, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitam;

III – planejar, coordenar e executar as atividades de apoio operacional, em sua área temática, aos órgãos de execução;

IV – planejar, coordenar e executar todas as atividades de segurança pessoal e patrimonial, bem como a prevenção a incêndio e pânico;

V – exercer a supervisão das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Apoio aos Promotores de Justiça;

VI – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

VII – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 13 – À Coordenadoria de Tecnologia em Investigação e Análise no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro incumbe, dentre outras atribuições previstas em resolução do Procurador-Geral de Justiça:

I – coordenar ações destinadas à prevenção, orientação e apoio aos órgãos de execução na persecução penal do crime de lavagem de dinheiro e seus antecedentes, notadamente no que se refere à adoção das diretrizes de atuação estabelecidas por convenções internacionais;

II – apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões quanto à política institucional relativa ao combate à corrupção e ao crime de lavagem de dinheiro, bem como sugerir a propositura de ações de sua atribuição originária;

III – manter os membros do Ministério Público informados acerca dos recursos e ferramentas utilizados pelo LAB-MPRJ, primando pelo esclarecimento do seu emprego operacional;

IV – interagir com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e com o Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI/FATF), além dos demais órgãos congêneres, visando ao intercâmbio de informações e à troca de experiências;

V – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

VI – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 14 – À Coordenadoria de Combate à Sonegação Fiscal incumbe, dentre outras atribuições previstas em resolução do Procurador-Geral de Justiça:

I – coordenar ações destinadas à prevenção, orientação e apoio às Promotorias de Justiça na persecução penal de ilícitos praticados contra a ordem tributária;

II – atuar como órgão fiscalizador do Ministério Público no planejamento, coordenação, controle e execução dos convênios celebrados pela Instituição em sua área de interesse temático;

III – apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões para a elaboração da política institucional relativa ao combate de atos ilícitos praticados contra a ordem tributária, bem como para a propositura de ações de sua atribuição originária;

IV – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, a cada bimestre, relatório das atividades desenvolvidas;

V – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 15 – Aos Centros de Apoio Operacional incumbe:

I – estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;

II – remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;

III – estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IV – remeter ao Procurador-Geral de Justiça, anualmente, relatório das atividades do Ministério Público referentes às suas atribuições;

V – exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgãos de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

Art. 3º – À Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração incumbe supervisionar as atividades administrativas internas do Ministério Público, sendo composta pelos seguintes órgãos:

I – Secretaria-Geral do Ministério Público;

II – Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional.

§ 1º – À Secretaria-Geral do Ministério Público, organizada na forma de resolução do Procurador-Geral de Justiça e dirigida pelo Secretário-Geral do Ministério Público, incumbe:

I – planejar, organizar, dirigir, coordenar e acompanhar as atividades de recursos humanos, informática, material e patrimônio, incluídas as que englobem caráter licitatório, bem assim aquelas relativas a finanças, controladoria, documentação, arquivo e demais atividades de serviços auxiliares;

II – coordenar a elaboração da Proposta Anual de Orçamento e da Proposta Plurianual de Investimentos do Ministério Público, para apreciação da Administração Superior;

III – exercer a supervisão dos trabalhos realizados pela Comissão Permanente de Licitação, observando o que preconiza a legislação vigente;

IV – coordenar, orientar e acompanhar a elaboração e execução de programas pertinentes à formação, capacitação, desenvolvimento e reciclagem do pessoal subordinado à Secretaria-Geral de Administração;

V – promover a realização de pesquisas e estudos, visando à utilização de novas técnicas e instrumentos de ação administrativa, destinados ao desenvolvimento e aprimoramento das atividades internas;

VI – coordenar a elaboração de normas e instruções destinadas à racionalização de métodos e procedimentos, articulando-se com os demais órgãos internos, bem assim orientar e supervisionar sua implementação, avaliando os resultados respectivos;

- VII – emitir pareceres, em processos e outros documentos, sobre matérias que englobem assuntos afetos à sua esfera de atuação;
- VIII – coordenar e supervisionar as tarefas destinadas ao suprimento dos órgãos de execução;
- IX – articular-se com os demais integrantes da estrutura organizacional, visando à elaboração de relatórios parciais e anuais de atividades desenvolvidas pela Instituição;
- X – supervisionar o preparo dos atos oficiais do Ministério Público e acompanhar os procedimentos destinados a dar-lhes publicidade;
- XI – emitir certidões, apostilas, atestados e declarações;
- XII – adotar providências para que sejam catalogados e mantidos atualizados atos oficiais, documentos, publicações e legislação de interesse da Secretaria-Geral;
- XIII – promover e manter atualizado o registro e o controle dos bens patrimoniais do Ministério Público;
- XIV – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º – Aos Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional incumbe:

- I – exercer as atividades previstas no art. 45 da Lei Complementar nº 106/2003, sugerindo providências à Administração Superior para atender às necessidades dos órgãos de execução da respectiva região;
- II – exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos;
- III – encaminhar à Secretaria-Geral pedidos de material permanente e de consumo, para suprir as necessidades dos órgãos de execução da respectiva região.

Art. 4º – À Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento Institucional incumbe formular políticas e projetos de natureza institucional, administrativa e cultural, visando ao aperfeiçoamento da Instituição, sendo composta pelos seguintes órgãos:

- I – Coordenadoria de Planejamento Institucional;
- II – Coordenadoria de Modernização Organizacional;
- III – Coordenadoria de Acompanhamento de Projetos;
- IV – Centro de Estudos Jurídicos;
- V – Revista do Ministério Público.

§ 1º – À Coordenadoria de Planejamento Institucional incumbe:

- I – realizar projetos, estudos e pesquisas visando ao aprimoramento das estruturas e funções do Ministério Público, bem como à sua adequação às necessidades da sociedade contemporânea;
- II – receber e analisar as propostas concernentes à criação, modificação ou extinção de órgãos de execução do Ministério Público e suas atribuições;
- III – promover estudos, pesquisas e projetos com o objetivo de implementar o planejamento estratégico do Ministério Público.

§ 2º – À Coordenadoria de Modernização Organizacional incumbe:

- I – produzir diagnósticos, realizar projetos, estudos e avaliações visando ao aprimoramento da gestão da Instituição, sua desburocratização e eficiência nas ações;
- II – diagnosticar e identificar as necessidades contemporâneas da Instituição, no que tange aos aspectos materiais e procedimentais, estabelecendo indicadores de gestão institucional;
- III – elaborar estudos sobre a padronização e a simplificação de tarefas, rotinas e procedimentos nos órgãos do Ministério Público, visando ao aumento de sua eficiência.

§ 3º – À Coordenadoria de Acompanhamento de Projetos incumbe:

- I – acompanhar, no que couber, os projetos desenvolvidos pela Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, avaliando o seu desempenho e monitorando a sua execução com vistas aos resultados colimados;
- II – propor alterações em rotinas, normas e ações desenvolvidas pelos órgãos do Ministério Público, visando ao aumento da eficiência institucional;
- III – interagir com os Centros de Apoio Operacional visando à consecução harmônica de suas atividades;
- IV – auxiliar o Centro de Estudos Jurídicos em programas de aperfeiçoamento e capacitação dos membros e servidores do Ministério Público.

§ 4º – Ao Centro de Estudos Jurídicos, destinado a promover o aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição e dos seus servidores, incumbe:

- I – promover pesquisas, estudos e publicações de natureza jurídica de interesse do Ministério Público;
- II – realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, conferências, atividades, programas de treinamento ou reciclagem profissional e palestras que contribuam para o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público;
- III – manter biblioteca especializada em matéria jurídica;
- IV – divulgar matéria jurídica e administrativa de interesse da Instituição;
- V – manter intercâmbio com instituições congêneres, nacionais ou estrangeiras;
- VI – apoiar administrativamente a Comissão de Concurso;
- VII – promover a realização de concursos públicos para ingresso nos quadros dos serviços auxiliares do Ministério Público;
- VIII – celebrar, com autorização do Procurador-Geral de Justiça, convênios para realização de seus objetivos.

§ 5º – À Revista do Ministério Público incumbe a divulgação de trabalhos de doutrina, estudos e pareceres de membros do Ministério Público e de juristas de notório saber, com o objetivo de manter vivo e atualizado o pensamento jurídico dos integrantes da Instituição.

Art. 5º – À Subprocuradoria-Geral de Justiça de Atribuição Originária Institucional e Judicial incumbe:

- I – mediante supervisão direta do Subprocurador-Geral:
 - a) em matéria criminal:

- 1) prestar apoio técnico-jurídico ao Procurador-Geral de Justiça nos feitos criminais de sua atribuição originária exclusiva, cujo processo e julgamento seja da competência do Tribunal de Justiça;
- 2) realizar, na forma do art. 26, I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, mediante delegação (art. 29, IX, da mesma Lei), diligências investigatórias para apuração de ilícito penal atribuído a pessoa que goze de foro especial junto ao Tribunal de Justiça, salvo na hipótese do parágrafo único do art. 33 da L.O.M.A.N;
- 3) desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça;

b) em matéria cível:

- 1) prestar apoio técnico-jurídico ao Procurador-Geral de Justiça nos feitos de natureza não penal de sua atribuição originária exclusiva;
- 2) prestar apoio técnico-jurídico ao Procurador-Geral de Justiça nos inquéritos e ações civis públicas de sua atribuição originária;
- 3) desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça;

II – coordenar, orientar e apreciar os trabalhos das seguintes assessorias, encarregadas de prestar apoio técnico-jurídico à Chefia Institucional:

- 1) Assessoria Cível;
- 2) Assessoria de Assuntos Institucionais;
- 3) Assessoria de Recursos Constitucionais;
- 4) Assessoria de Proteção Integral à Infância e à Juventude.

§ 1º – À Assessoria Cível incumbe:

I – emitir parecer:

- a) em recursos ordinários interpostos das decisões finais dos órgãos do Tribunal de Justiça;
- b) sobre a admissibilidade dos recursos extraordinários e especiais em matéria cível;
- c) em outros feitos de natureza cível, sempre que solicitado pelo Procurador-Geral de Justiça;

II – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas, com a produtividade de cada integrante da Assessoria.

§ 2º – À Assessoria de Assuntos Institucionais incumbe:

- I – opinar sobre assuntos de natureza institucional relacionados ao Ministério Público, quando solicitado pelo Procurador-Geral de Justiça;
- II – opinar em matéria pertinente à aplicação analógica ou extensiva do art. 28 do Código de Processo Penal, em processos ou procedimentos de natureza não penal;
- III – opinar em todos os conflitos de atribuição suscitados por membros do Ministério Público;
- IV – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas, com a produtividade de cada integrante da Assessoria.

§ 3º – À Assessoria de Recursos Constitucionais incumbe, ressalvadas as atribuições cometidas ao Subprocurador-Geral de Atribuição Originária Institucional e Judicial:

I – prestar apoio técnico-jurídico ao Procurador-Geral de Justiça na interposição de recursos especiais e extraordinários cíveis e criminais, sem prejuízo das atribuições dos Procuradores de Justiça, quando envolver questões de direito de relevante interesse público ou institucional;

II – desenvolver estudos visando à formulação de teses jurídicas que devam ser sustentadas em recursos ordinários, especiais e extraordinários nos quais atue o Ministério Público estadual;

III – organizar e manter atualizados arquivos de jurisprudência e legislação sobre recursos constitucionais, bem como arquivos de peças técnicas elaboradas e estudos desenvolvidos no exercício de suas atribuições;

IV – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas, com a produtividade de cada integrante da Assessoria.

§ 4º – À Assessoria de Proteção Integral à Infância e à Juventude incumbe:

I – oficiar junto ao Conselho da Magistratura nos feitos que envolvam decisões administrativas dos juízes da infância e da juventude, emitindo pareceres, contra-arrazando e interpondo os recursos cabíveis;

II – oficiar junto ao Tribunal de Justiça nos processos de atribuição do Procurador-Geral de Justiça que sejam oriundos da Justiça da Infância e da Juventude;

III – oficiar junto à Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Rio de Janeiro (CEJA), manifestando-se nos procedimentos de habilitação para adoção internacional, participando das sessões do órgão, bem como fiscalizando os cadastros de crianças e adolescentes disponíveis para colocação em família substituta e de pessoas interessadas em adoção;

IV – opinar nos procedimentos internos que lhe forem encaminhados pela Chefia Institucional, relacionados aos direitos da criança e do adolescente;

V – assessorar o Procurador-Geral de Justiça no tocante ao direito da criança e do adolescente, bem como no que se refere à política institucional na área da infância e da juventude;

VI – desenvolver e gerenciar o Módulo Criança e Adolescente (MCA), bem como os demais sistemas de informática especialmente desenvolvidos para subsidiar o trabalho do Ministério Público na área da infância e juventude;

VII – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça, mensalmente, relatório das atividades desenvolvidas;

VIII – desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 6º – À Subprocuradoria-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor incumbe coordenar e supervisionar as atividades do Ministério Público na defesa dos direitos humanos e na fiscalização de associações de interesse social, sendo composta pelos seguintes órgãos:

I – Ouvidoria-Geral;

II – Coordenadoria de Direitos Humanos;

III – Coordenadoria de Entidades do Terceiro Setor;

IV – Coordenadoria de Justiça Terapêutica.

§ 1º – À Ouvidoria-Geral incumbe ouvir, orientar e encaminhar qualquer pessoa que procure o Ministério Público, em busca de sua atuação e proteção institucional, facilitando o acesso aos órgãos internos do *Parquet*.

§ 2º – À Coordenadoria de Direitos Humanos incumbe:

I – coordenar as ações do Ministério Público na área de defesa dos direitos humanos, velando pelo seu efetivo respeito;

II – propor ao Procurador-Geral de Justiça a celebração de convênios, contratos e acordos, objetivando ao aprimoramento do Ministério Público na promoção e defesa dos direitos humanos, bem como na identificação dos principais obstáculos à sua efetiva implementação;

III – apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões para elaboração de política institucional relativa ao combate de atos de violência, intolerância e discriminação que ofendam direitos humanos;

IV – coordenar a prevenção e repressão de atos de tortura, bem como de todas as formas de tratamento cruel, desumano e degradante, visando à sua erradicação e punição, em articulação com órgãos públicos, entidades da sociedade civil e organismos internacionais;

V – auxiliar os órgãos de execução no cumprimento de suas atribuições de defesa dos direitos humanos;

VI – requisitar informações, ter acesso a documentos, realizar e determinar diligências, para o pleno exercício de suas atribuições;

VII – propor ao Procurador-Geral de Justiça a adoção de medidas administrativas e judiciais relacionadas à sua área de atribuição;

VIII – promover a integração do Ministério Público com os organismos estatais e da sociedade civil que militem na defesa dos direitos humanos, apoiando projetos voltados à sua proteção e promoção.

§ 3º – Incumbe à Coordenadoria de Entidades do Terceiro Setor:

I – relacionar as associações de interesse social e as assemelhadas, bem como as que possuam título de utilidade pública ou outras qualificações de relevância pública, excluídas as fundações;

II – apreciar a prestação de contas das entidades mencionadas no inciso I deste parágrafo;

III – propor as medidas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

§ 4º – À Coordenadoria de Justiça Terapêutica incumbe supervisionar e coordenar a atuação dos profissionais ligados ao Programa de Justiça Terapêutica, no âmbito do Ministério Público, zelando por sua efetiva implementação e divulgação.

Art. 7º – Fica extinta a Coordenação de Investigações Eletrônicas, cujas funções passam a ser exercidas pelo 2º Centro de Apoio Operacional.

Art. 8º – Os órgãos referidos nesta Resolução continuam regidos pelas normas vigentes, desde que com ela sejam compatíveis.

Art. 9º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução GPGJ nº 1.280, de 17 de janeiro de 2005.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2009.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça